

COMPREENSÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Ten-Cel Int OCTÁVIO PEREIRA DA COSTA
Oficial de Estado-Maior

PREÂMBULO

Entre várias matérias de interesse para a compreensão da revolução brasileira, desejava o JORNAL DO BRASIL publicar uma versão oficiosa dos acontecimentos revolucionários, que empolgaram o Brasil a partir de 31 de março.

Fiz-lhe ver a impossibilidade da pretensão. Quem poderia escrevê-la? Quem teria autoridade e ângulo para focalizar precisamente o que se passou? E ainda que houvesse alguém assim capacitado, faltar-lhe-iam isenção e perspectiva para uma versão real e justa.

A história de acontecimentos, como os de março e abril, intensamente vividos pela opinião pública, só poderá ser feita pela integração dos depoimentos de quantos puderam senti-los de perto.

Muito já se disse e se escreveu no País e fora dêle sobre o movimento de abril. As entrevistas dos seus líderes civis e militares. Os noticiários dos correspondentes estrangeiros acreditados no Brasil. As explicações e justificativas dos asilados. O livro de Araújo Távora. Um outro de cujo autor não me lembro o nome. Os Idos de Março e a Queda de Abril. Discursos parlamentares. Reportagens, crônicas, artigos. Quase tudo escrito segundo os objetivos de cada um. A verdade de cada um, feita, muitas vezes, de interesses contrariados, de orgulhos feridos, de vaidades sobreexcitadas.

Golpe de Estado. Revanche. Quartelada. Golpe Reacionário. Golpe Militar. Golpe de Direita. Golpe dos Gorilas. Revolução dos Caranguejos. Contra Revolução. Revolução Democrática. Que significa, afinal, o movimento de abril?

Aceito o desafio, não no sentido de apresentar uma versão do que se passou, mas no de uma interpretação dos fatos que estamos presenciando, na esperança de poder contribuir para a sua compreensão e para o entendimento entre todos os brasileiros sem ódios e sem paixões irreconciliáveis.

INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

De acordo com o depoimento de alguns expoentes revolucionários, o movimento teria sido iniciado no dia da posse do ex-Presidente. Tal interpretação, longe de exaltar o feito e os heróis, amesquinha a revolução, reduzindo-a a proporções de simples revanche, quartelada ou golpe de Estado.

Segundo os comunistas de Havana, de Praga, de Pequim, de Montevideu ou de Paris, os filocomunistas e os seus remanescentes nacionais, estaríamos diante de uma grande conspiração de maus brasileiros, dos ricos e poderosos, contra os ideais reformistas do povo. Marcharíamos, então, irreversivelmente, para a ditadura e para o nazi-fascismo crioulo. Seria a reação. Seria um golpe retrógrado e fascista. "A revolução dos caranguejos" A contra-revolução, enfim, como se a verdadeira revolução fôsse o processo comunizante que se vinha operando no Brasil, nos últimos tempos.

Para analistas militares, na segunda quinzena de março, vivíamos uma das últimas fases do processo subversivo, de ideologia marxista-leninista, que, tècnicamente, se convencionou chamar de guerra revolucionária. O movimento de abril seria, então, a guerra contra-revolucionária. Esta compreensão também apequena os propósitos revolucionários, limitando-os tão-sòmente à proscrição do comunismo.

O Ministro da Guerra, com a autoridade de sua proeminente participação no Supremo Comando da Revolução, afirmou, na fala ao Congresso e na entrevista de São Paulo, que as origens do 31 de março de 1964 remontam a 22 e 24.

Em verdade, não se pode considerar os acontecimentos de abril como um episódio isolado. Eles constituem apenas um ato, o mais recente, da revolução democrática brasileira.

Rememoremos que o 15 de Novembro de 1889, trazendo-nos a República, a Federação e a separação entre a Igreja e o Estado, operou algumas reformas políticas, mas nada ou quase nada representou no aspecto sócio-econômico.

Seria uma excessiva homenagem à monarquia brasileira dizer-se democrático o nosso parlamentarismo imperial. É certo que em pouco tempo de vida independente evoluímos da monarquia absoluta para a monarquia representativa. Bem sabemos, porém, como se manipulava a representação popular, fôsse pelos interesses das grandes famílias, pela influência da Burguesia rural, pelos manejos das cúpulas partidárias ou pela vontade do Imperador. Com maior exatidão, a monarquia parlamentarista estava longe de ser uma democracia. Era mais uma aristoeracia. Uma oligarquia.

A República não nos trouxe, desde logo, a democracia. Ao contrário. Trouxe-nos o absolutismo presidencialista. A deturpação dos ideais republicanos. A guerra de famílias. O coronelismo partidário. O caudilhismo. O voto de cabresto. O cangaço a serviço dos interesses políticos. As oligarquias regionais. A política dos governadores.

A verdadeira revolução democrática brasileira só iria fermentar na década seguinte ao término da Primeira Guerra Mundial. E corporificar-se com a crise econômica de 29 e com a crise sucessória de Washington Luís.

Era a revolução de outubro de 1930. A revolução nacional. A revolução democrática. O fim da República velha e o prólogo das reformas estruturais. Esse grande movimento de democratização do País, embora fosse mais tarde deturpado, violentado, traído, dividido e desmembrado até em facções irreconciliáveis, jamais viria a deter-se em sua marcha.

Em seu discurso de posse na chefia do Governo Provisório, afirmava Getúlio Vargas: "O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas temporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos por atos e não por palavras cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria." E destacava como pontos centrais do programa revolucionário de reconstrução nacional: o saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes da corrupção; nomeação de comissões de sindicância, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional; reforma do sistema eleitoral; reorganização do aparelho judiciário; consolidação e simplificação das normas administrativas; restauração das finanças; remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional; reorganização do Ministério da Agricultura para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; revisão do sistema tributário; instituição do Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural; organização de um plano geral, ferroviário e rodoviário; e promoção, sem violência, da extinção progressiva do latifúndio".

Observe-se como esses pontos essenciais do programa da Revolução de 30 se identificam com os propósitos do movimento deflagrado a 31 de março de 1964, na síntese feita por um dos seus mais autorizados chefes: "Identificado com as mais legítimas aspirações populares, propõe-se fundamentalmente a: restaurar o regime democrático representativo e republicano; restabelecer o primado da ordem jurídica; promover a moralização e purificação dos nossos costumes político-administrativos; empreender, dentro da lei e da liberdade, e de acordo com as tradições cristãs da Nação, as indispensáveis e inadiáveis reformas de nossa estrutura sócio-econômica, assegurando, realmente, a todos os brasileiros, igualdade de direitos e oportunidade; empenhar o máximo de energias da Nação no sentido da harmonia e da justiça social, eliminando o divisionismo e a desigualdade; reintegrar plenamente as Forças Armadas na sua destinação de defensora da Pátria e de garantidoras, isentas e apartidárias, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; libertar da mistificação e da demagogia as minorias que, por boa-fé ou por idealismo, se des-

viaram da estrada larga da democracia e da liberdade; e preparar os homens de amanhã para o exercício de uma democracia autêntica — nossa — justa, próspera, cristã, forte, feliz e magnânima”.

A História aponta-nos os caminhos pelos quais os revolucionários de 30 se dividiram, se desviaram e, em muitos pontos, traíram os ideais da revolução democrática brasileira.

A eternização do Governo provisório e o retardo na reconstitucionalização do País originaram a reação cívica de São Paulo em 1932. Era a primeira cisão nas fileiras democráticas, de certo modo inflada e apoiada pelos oligarcas paulistas, destronados em outubro de 1930.

A derrota pelas armas não impediu a vitória do ideal constitucionista, consubstanciada na promulgação da Constituição de 1934 e na posse de Getúlio Vargas, como Presidente eleito pelo Congresso.

Inspirando-se nos modelos europeus, especialmente na Constituição alemã de Weimar, a Constituição de 1934 trazia dois elementos novos: o intervencionismo do Estado na ordem econômica e social e o ensaio de representação classista.

Comentando acremente a Constituição de 1934, assinalava Pontes de Miranda que “No período de 1930-1934, o Brasil perdeu a oportunidade para criar a estrutura que mais lhe servisse e pudesse durar.” Era o momento propício para a descoberta de uma fórmula que significasse estabilidade, progresso, evolução prudente e sistemática, enriquecimento e fortalecimento da nação, sem sacrifício do pluripartidarismo, do sistema de co-decisão, que herdáramos da Europa e dos Estados Unidos da América. Em vez de procurá-la, a Assembléia Constituinte de 1933-34 se não tornou, para o futuro, impossível, no Brasil, o pluripartidarismo, que somente invenção técnica genial poderia salvar, profundamente o sacrificou. Comprometeu-o por muitos anos, se não para sempre.”

Os males da Constituição de 1934 e a normalização da vida política do País com os vícios remanescentes da república velha agravariam, de 1934 a 1937, o processo de esfacelamento da revolução democrática e fomentaria a grave crise que nos levou à ditadura.

Nutria-se a crise de antagonismos externos e internos. No campo externo, haviam surgido no mundo e se desenvolviam avassaladoramente, organizações partidárias totalitárias e agressivas, infensas aos processos democráticos e ameaçadores de nossas instituições. A intentona comunista de 1935, se bem que destituída de maior profundidade e sem ressonância na opinião pública, era bem um aviso da crescente influência do comunismo internacional. Por outro lado, a arregimentação integralista — inteiramente desvinculada do espírito do povo brasileiro — era a ridícula versão brasileira do nazi-fascismo, em marcha para o fastígio, a guerra e a destruição. No campo interno, a competição política ameaçava degenerar em guerra civil, pelo caudilhismo regional e pelos preparativos militares das milícias estaduais — verdadeiros exércitos que a Constituição de 1934 consagrara.

Diante de tão grave conjuntura, alicerçada em tais realidades e pretextando a total inoperância da Câmara e do Senado, afirmou-se mais forte, no espírito do chefe da revolução de 1930, a vocação caudilhesca, fechando-se o Congresso, adotando-se formalmente uma nova Constituição — a de 1937 — e inaugurando-se o Estado Nôvo.

Era a ditadura. A violentação e traição dos ideais democráticos da Aliança Liberal. A grande e comprometedora cisão entre os revolucionários de 1930.

A ocorrência da Segunda Grande Guerra Mundial, o funcionamento de uma grande máquina de propaganda pessoal, a realização de uma política social progressista e o incontestável magnetismo da personalidade de Getúlio Vargas explicam os oito anos de duração de uma ditadura “ao jeito brasileiro”, mas liberticida, implacável e corruptora como tôdas as ditaduras.

Malgrado o desvio ditatorial, Vargas conseguiu realizar alguns dos ideais da revolução democrática, principalmente as iniciativas no campo do trabalho e da previdência social, assim como o lançamento dos alicerces de nossa indústria de base.

O anseio generalizado de redemocratização, que se seguiu ao término da Guerra e as tentativas continuistas, claramente manifestadas na campanha queremista, explicam a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945.

Os quadros democráticos brasileiros estariam, a partir de então, irremediavelmente divididos em dois campos que, dia a dia, mais se afastavam e desafeioavam: getulistas e antigetulistas. Na medida em que se extremariam as paixões e se radicalizariam as posições, muita vocação democrática enveredaria pelos desvãos das alianças comprometedoras, das negociatas político-administrativas, das providências de exceção ou até mesmo pela subversão comunista.

Nem mesmo o interregno do Governo de conciliação nacional do Presidente Dutra conseguiu minimizar o antagonismo dessas duas correntes. A volta de Getúlio Vargas, eleito pelo povo, mas comprometido com aventureiros inescrupulosos e marcado de remordimentos, de frustrações e de rancores, aquarelaria novos ódios e novas paixões. É nessa fase que surge, na vida pública, a estranha figura do Presidente recentemente deposto, que acenava com a bandeira de um sindicalismo subversivo, e que iria montar, no Ministério do Trabalho, a poderosa máquina com que asseguraria, desde então, o privilégio de influir decisivamente sobre o processo eleitoral brasileiro. Valem-se da modorra senil do ex-ditador, de sua indulgência e complacência; desvirtuam-se os elevados propósitos da previdência social, e o dinheiro do povo alimenta a corrupção e enriquece os áulicos, os inescrupulosos e os aproveitadores. Por outro lado, e em consequência, a oposição alcança extremos jamais atingidos e se prega abertamente o golpe. A crise chega à ebulição nos dias tormentosos de agosto de 1954 e tem o seu desfecho com a tragédia final de Vargas.

Sobre esse epílogo, comentaria Gilberto Amado: "A faculdade de enganar que Getúlio revelou, conquanto conhecida, ainda hoje me espanta. Desafia comparação. Nunca em tempo algum houve quem iludisse tanto, tantas vezes ao mesmo tempo." "Getúlio enganado! Este fornecedor de surpresas, até esta forneceu no último período da vida. Antes, nos mil episódios de sua carreira, quando parecia dormir numa inércia longa estava preparando um salto preciso. O seu sonolejar era o da fera elástica, aprestando-se à captação da presa. Getúlio enganado, mouco e distraído, os olhos aptos a apreender o destino cataratados numa opacidade lóbrega! Mas, num supremo arranque do próprio ser, revertendo a si mesmo na derradeira hora, por despedida talvez, o homem-surpresa conseguiu enganar ainda uma vez. Nem Benjamim Vargas, nem Aranha, nem Alzira, falando com ele minutos antes do suicídio, viram nos seus olhos o anúncio da morte. A impossibilidade não o abandonou. Enganou a todos."

O martírio e o mito de Vargas, as indecisões eleitorais dos antigelutistas e a pregação de golpe contra a posse do candidato vitorioso levariam a maioria da opinião pública a apoiar, por algum tempo, os herdeiros e seguidores do velho caudilho dos pampas.

O desenvolvimento inflacionário e faraônico, que caracterizou o período presidencial seguinte, ainda que apresentasse aspectos incontestavelmente positivos, agravou sobremaneira a crise econômica, política e social, abrindo caminho ao avanço do comunismo. De positivo, a nova dimensão do Brasil, pela multiplicação de sua capacidade industrial; a fidelidade à democracia; e a normalidade do processo democrático, culminando nas eleições mais livres, mais limpas e mais fidedignas de toda a nossa história. De negativo, a torrente inflacionária, a degradação da moeda e o endividamento externo levado a índices de bancarrota. O enriquecimento ilícito, a malversação dos dinheiros públicos e a corrupção político-administrativa. O agravamento dos desníveis entre as regiões do País e as classes sociais. Por sobre os aspectos positivos e negativos, afirmava-se um novo homem-mito, simpático, otimista, bem falante, sem complexos, amigo de seus amigos, de promessas fáceis e de ambições desmesuradas.

Entrementes, iniciava-se no mundo a grande fase de expansão do comunismo. Fortalecido pela vitoriosa aliança com as nações democráticas na guerra contra o nazi-fascismo, pelo domínio da China continental e pelos progressos no campo da energia nuclear, o comunismo iniciava uma nova fase da estratégia da guerra fria, e, fiel à lição de Lenine de que a "rota para Paris e Londres passa pela África e pela Ásia", fazia incidir a sua direção de esforço principal sobre o Oriente Médio, a África e a América Latina. Procurava-se, assim, explorar o natural anseio de independência dos povos africanos e o nacionalismo dos países ibero-americanos. Desenvolviam-se, ao mais alto grau, dois novos antagonismos de notável valor estratégico: o antagonismo colonizado-colonizador e o antagonismo nacionalismo-capitalismo internacional, ambos subordinados à oposição entre espoliados e espoliadores.

O espantoso aperfeiçoamento das armas nucleares, gerando o equilíbrio do terror, pelo qual as grandes potências temem e evitam a guerra, beneficiou a estratégia comunista da guerra fria, êsse misto de guerra e de paz de que se procura valer o comunismo para explorar os descontentamentos, as fraquezas, as ambições e a miséria; valer-se da liberdade de que gozam nos regimes democráticos, e assumir o poder, se possível, sem mobilizar um soldado sequer.

No Brasil, essa nova fase do expansionismo comunista escolheu um novo campo de ação de resultados inimagináveis: o da educação e da cultura. O dínamo propulsor dessa ofensiva foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde uma minoria de ativos intelectuais comunistas, desgraçadamente com a ajuda governamental, e em meio a outros intelectuais inatacáveis, realmente interessados nos estudos brasileiros, conseguiu estabelecer sólida base operacional, que lhes permitiu, já no Governo do Presidente deposto, empalmar o Ministério da Educação e Cultura.

A prevalência dos aspectos negativos sobre os positivos teve sua sanção nas urnas de 3 de outubro de 1960, que consagraram o candidato da oposição. Era a revolução pelo voto. A revolução branca. A retomada da marcha da revolução democrática brasileira.

Ela seria uma vez mais desvirtuada e traída. Pelo homem que liderara e encarnara êsse notável movimento de opinião. A traição da renúncia. A renúncia, que, numa heresia do nosso sistema eleitoral, beneficiava precisamente o candidato a Vice-Presidente apresentado pela corrente derrotada nas urnas. O mesmo homem que no Ministério do Trabalho de Vargas montara um dispositivo sindical partidário, subversivo e viciado.

A Nação assistiu ao drama das Forças Armadas divididas entre a antevisão da borrasca que estava por vir e o espírito da legalidade. Em vão tentaram os seus Ministros a ação preventiva. A esmagadora maioria da opinião pública definiu-se pela tese da legalidade e as Forças Armadas, sempre muito sensíveis aos interesses e às aspirações do povo, acatarem, uma vez mais, a expressão de sua vontade.

O sentimento de frustração nacional; o desgoverno; o despreparo a desonestidade; a corrupção; o despudor; a falta de autoridade; a insensibilidade; a impudência; como diria Vieira, "os indignos levantados, e as dignidades abatidas: os talentos ociosos, e as incapacidades com mando; a ignorância graduada, e a ciência sem honra; a fraqueza com o bastão e o valor pôsto a um canto; os milagres acusados, e os milagrosos réus;" tudo isso gerou a anarquia e o caos de que se serviu o comunismo para a sua extraordinária expansão.

Valendo-se da bandeira reformista, que é uma velha bandeira da revolução democrática e que há mais de trinta anos tornara vitoriosos os revolucionários da Aliança Liberal, janguistas e comunistas conseguiram, por outro lado, iludir e mistificar parcelas consideráveis

dos nossos estudantes e dos nossos trabalhadores da cidade e do campo.

O processo subversivo tornava-se extremamente explosivo nos primeiros meses de 1964. Não havia mais rebuços, nem cerimônias. Considerava-se, de antemão, vitoriosa a revolução comunista. No Congresso, um deputado da chamada Frente Nacionalista chegou a firmar que a vitória era certa e que o único problema era quem chegaria primeiro a Berlim. A nenhuma testemunha desses acontecimentos é lícito minimizar episódios como o comício do dia 13 de março, o sacrifício da Marinha na Semana Santa, e a assembléia do Automóvel Clube. Ninguém, com isenção e honestidade, poderá negar que esses atos eram os preliminares da iminente revolução comunista.

Foi quando se fez sentir mais uma vez a vontade soberana da maioria do povo brasileiro, expressa, primeiro, nos lares, depois, nas ruas, e interpretada pelas Forças Armadas, Era a nova revolução democrática brasileira. A revolução pelas armas. Numa visão imediatista, era a contra-revolução, a guerra contra-revolucionária. Numa visão histórica mais profunda, a retomada da revolução democrática brasileira, enriquecida pela lição dos tempos, pela mensagem social dos nossos dias. A luta pelas reformas de nossas estruturas sócio-econômicas, dentro da democracia e de acordo com a índole de nossa gente. A investida audaciosa do comunismo fizera o milagre de reunir e unir no mesmo esforço todos os patriotas de correntes antes desavindas que não estavam comprometidos com a corrupção e a subversão. Este foi o milagre da vitória em um dia, sem derramamento de sangue. O milagre da coesão. O milagre da vontade popular. O milagre que é preciso compreender e respeitar, para assegurar a coesão, já ameaçada, e consolidar a vitória democrática.

COMO FOI FEITA A REVOLUÇÃO

Alguns líderes civis e militares afirmaram que as primeiras articulações insurrecionais foram feitas imediatamente após a posse do Presidente deposto. Temos plena convicção de que se não tivesse sido acelerado o processo comunizante com a passagem à ação, essas articulações poderiam transformar-se em tentativas condenadas ao fracasso, como em Jacareacanga, Aragarças, ou mesmo em Brasília. Parece que as articulações só tiveram maior significação quando a subversão se tornou evidente.

A imensa maioria do povo brasileiro e, dentro dele, as Forças Armadas, desejavam que o Presidente deposto presidisse eleições livres, chegasse em paz ao fim de seu mandato e passasse, democraticamente, o Governo a seu sucessor. O respeito à legalidade era algo muito sagrado para a maioria isenta e apartidária dos quadros das Forças Armadas. Seria um grave erro ferir esse preceito.

Vale ressaltar ainda que a unidade de pensamento democrático das Forças Armadas, ressalvada a exceção da pequena minoria de simpatizantes comunistas e de oportunistas, resultava de uma longa e lenta pregação doutrinária, que, emanando da Escola Superior de Guerra, se tripartira na orientação das Escolas de Comando e Estado-Maior das Forças singulares e se ramificara pelas escolas, bases, arsenais, estabelecimentos e quartéis.

Na oportunidade em que a reação democrática foi para as ruas, os chefes militares mais responsáveis sentiram a necessidade de preparar o movimento. Estamos seguros de que o planejamento revolucionário foi inicialmente defensivo e de que a grande preocupação dos seus líderes era a de agir dentro dos quadros hierárquicos, interessando na ação, tanto quanto possível, os comandos de todos os escalões. Tratava-se, inequivocamente, de preparar-se para enfrentar o golpe comunista.

Somente quando a subversão se tornou iminente e quando, uma a uma, as Forças Armadas foram ameaçadas de destruição, pelo solapamento da hierarquia e da disciplina, é que se tornou imperiosa a passagem à ofensiva. Quando esse pensamento encontrou acústica e solidariedade até entre prestigiosos chefes militares que anteriormente haviam estado intimamente ligados ao Presidente deposto, tornou-se irresistível.

No planejamento da revolução há alguns pontos que revelam grande habilidade, senso psicológico e argúcia profissional: o movimento antecipado das forças militares sediadas em Minas visando a atrair as da Guanabara e facilitar a progressão sobre o Rio das unidades vindas de São Paulo; participação da tropa carioca da Vila Militar na base da confraternização com mineiros e paulistas; inclusão da Academia Militar das Agulhas Negras na coluna que se dirigia ao Rio; golpes-de-mão fulminantes sobre os Governos de Pernambuco e de Sergipe; invalidação da possibilidade de resistência no Rio Grande do Sul. Tudo isso foi planejado com o cuidadoso propósito de evitar choques sangrentos, mas também com a determinação de ir às últimas consequências, se preciso fôsse.

No momento da execução, além da notável coordenação havida com os governos estaduais revoltados, quatro aspectos foram particularmente importantes: a instantaneidade da ação do IV Exército; a rapidez e perfeição do movimento das tropas de Minas Gerais e de São Paulo; o entusiasmo dos cadetes da Academia Militar; e a excelente condução do conjunto das operações.

A REVOLUÇÃO NA BALANÇA DE FORÇAS INTERNACIONAIS

O Brasil não é uma ilha, mas um verdadeiro continente. O mundo inteiro sabe o que a posse de uma pequena ilha representa para a expansão do comunismo na América e no mundo.

Imagine-se a significação e a repercussão do domínio de um continente como o Brasil. De sua extensão geográfica. De sua posição estratégica. De seus recursos potenciais. De sua expressão demográfica. A maior nação católica.

Seria, infalivelmente, a grande base territorial para a irradiação do comunismo no hemisfério ocidental, ameaçando não apenas os seus vizinhos, que seriam a pouco e pouco absorvidos, mas, principalmente, os Estados Unidos da América.

O Presidente da Alemanha Ocidental, em sua recente visita ao Brasil, compreendeu e proclamou que a nossa queda afetaria também a Europa democrática.

Avalie-se, por outro lado, o exemplo que a vitoriosa revolução democrática brasileira representa para todo o mundo, especialmente para as nações já dominadas pelo comunismo ou na iminência do decisivo assalto ao poder. Representa a esperança de que tudo é possível na defesa da liberdade e da democracia.

Este é o motivo da irritação e do desespero dos governos comunistas e da imprensa vendida ao comunismo de tôdas as partes do mundo diante dos acontecimentos brasileiros de abril de 1964. Eles sabem que perderam uma oportunidade excepcional.

ASPECTOS REFORMISTAS DA REVOLUÇÃO

A revolução democrática propõe-se a empreender as reformas sociais tão prometidas e tão mal definidas pelo Governo proscrito. As reformas, que não são privilégio de janguistas e comunistas, que delas apenas se serviram para seus propósitos subversivos. As reformas, que estão na consciência de todos os verdadeiros patriotas e são um dever de qualquer Governo responsável. As reformas, que são, hoje, na verdade, a maior aspiração brasileira.

Se a revolução não se dispusesse a enfrentar o desafio reformista não seria uma revolução, seria mesmo uma quartelada.

O Presidente Castelo Branco governará até o dia 31 de janeiro de 1966, num total de vinte e um meses e meio.

Pouco, muito pouco para realizar uma grande obra administrativa. Mas o suficiente para empreender uma salutar obra regeneradora, iniciar as reformas mais urgentes e equacionar as demais.

O bastante para dar à democracia brasileira um sentido de austeridade, de dignidade e decência, de superioridade moral e de elevação de propósitos há muito perdido no entrechoque das paixões partidárias e no lento trabalho comunista de desmoralização e desesperança.

O necessário para consubstanciar as reformas essenciais.

A revolução democrática enfrentará o problema agrário e promoverá a valorização do trabalhador do campo e o aumento da produção, dando terra aos sem terra, sem o recurso do assalto à propriedade

privada, mas, sobretudo, ajudando aos que produzem — com o crédito, com a técnica, com a mecanização, com a assistência social — e com um mínimo de desapropriações a preço justo.

Combaterá decisivamente a inflação, que nos ameaça engolir. E em consequência, a desvalorização e a degradação de nossa moeda. A crescente estatização, incentivando o empreendimento particular bem controlado e a serviço da comunidade.

Combaterá decisivamente a inflação, que nos ameaçava engolir. E, toralmente esses flagelos, mas pela higiene, pela saúde e pela criação de riquezas, aumentando o mercado de trabalho.

Enfrentará corajosamente os problemas habitacional e alimentar, consciente de que a casa e a comida, ao lado do trabalho, do vestuário e de um mínimo de educação são, como disse Dom Helder Câmara, as preliminares da liberdade.

No campo político, a revolução zelarà pela federação e, reformando o código eleitoral, fará com que a representação popular seja mais fiel, infensa ao poder econômico, à fraude e à demagogia. E dará melhores armas para a defesa da democracia.

No setor trabalhista, criará o sindicalismo autêntico, profissional e apartidário. Encaminhará a Previdência Social para os seus reais e nobres objetivos.

No campo das relações exteriores, marcará a posição ativa e soberana do Brasil, pacífica e compreensiva, mas fiel à sua tradição histórica e às suas origens culturais.

No âmbito do poder militar, empenhar-se-á na grande tarefa de integração das Forças Armadas, visando a torná-las mais eficientes, e, se possível, menos gravosas para a Nação.

No que se refere à justiça, a revolução restabelecerá o primado do direito, respeitará os tribunais; iniciará a reforma judiciária e promoverá, mais do que nunca, a ascensão de juizes íntegros, capazes e democratas.

No campo econômico, empreenderá as imprescindíveis reformas bancária, tributária e fiscal, que contribuem para a restauração das finanças públicas.

A revolução democrática estará especialmente atenta ao Nordeste. O presidente nordestino governará "com os pés no Nordeste".

Mas estará permanentemente voltada para o campo da educação e da cultura, no sentido de que a inteligência brasileira seja fundamentalmente democrática. Para isso, eliminará o proselitismo comunista levado à adolescência. E lutará contra o analfabetismo, preparando cidadãos democratas e não robôs comunistas, como na farsa do método **milagroso**.

E estará sempre lembrada da velha advertência de Gilberto Amado: "Entre as reformas a serem empreendidas quando o Brasil começar a organizar-se e a criar a sua técnica, em concorrência com a formação científica, o pensamento puro, a filosofia que o exprime, as letras que o valorizam, as artes que o ilustram nenhuma sobrelevará àquela de formar um corpo de sábios, de pensadores, de humanistas, de homens. A civilização não pode resolver-se na máquina, prolongamento ou multiplicação do braço. A civilização precisará sempre de uma luz, que não será captada pela máquina e de um espírito que a máquina nunca poderá produzir."

O QUE RESTA FAZER

Quase tudo. A Revolução somente agora encerra a fase saneadora e inicia a fase construtiva. Mas se entregou, honestamente, com todas as energias, à tarefa de reconstrução nacional. E mostrou muita coragem. Muita coragem mesmo. A coragem de fazer o que precisa de ser feito, malgrado tudo. A coragem de quem não teme a impopularidade e não se acomoda. A coragem de quem tem uma grande missão a cumprir, e vai cumpri-la.

Seria sobre-humano exigir mais de uma revolução vitoriosa há dois meses apenas. O chefe da revolução de 30, que, incontestavelmente, contribuiu para a implantação da democracia em nossa terra, precisou de um Governo provisório de quatro anos, de uma ditadura de oito e de dois períodos constitucionais de três e de quatro anos para empreender algumas reformas sociais.

A revolução não faltará à confiança da nação.

AS AMEAÇAS À REVOLUÇÃO

Há apenas duas ameaças à Revolução. Primeiro, que se rompa a união entre civis e militares. Depois, que estes se dividam, perdendo a indispensável coesão.

Não é sem razão que os interessados no retôrno à situação prescrita concentram seus esforços nessas duas direções, desde que cessou a última resistência em Pôrto Alegre.

A incompatibilidade, a incompreensão e a intransigência entre civis e militares. Que grande objetivo a atingir pelos que choram a oportunidade perdida! E por isso que alguns jornais, alguns articulistas e os boateiros de rua se esmeram nas manchetes provocantes e capciosas, nos comentários, nas crônicas, nas cartas anônimas, nos manifestos apócrifos e até em folhetos imorais, que gerem a desconfiança e inflam civis contra militares.

Não se procura, apenas, manipular o velho pretexto das reivindicações salariais. Confundem-se um período pós-revolucionário, de uma revolução que desmontou uma insidiosa subversão comunista e que por

isso mesmo exige uma fase regeneradora em nome da segurança nacional, com o advento de um militarismo brasileiro. Imaginar-se um militarismo brasileiro é desconhecer totalmente as nossas Fôrças Armadas a sua formação, a sua índole, as suas raízes populares.

E em nome de um civilismo ameaçado desencadeia-se uma nova campanha civilista, que visa, tão-sòmente, a abalar, em seus alicerces, a revolução vitoriosa.

Os mais comedidos na pregação civilista dão ênfase ao surgimento do livro de Fred J. Cook, *O estado Militarista*, sem qualquer ligação com o caso brasileiro, pois o que ali se critica é o excesso de medidas de segurança nacional, adotadas pelos norte-americanos depois da Segunda Grande Guerra Mundial. O que o autor e seus apreciadores incondicionais confundem com militarismo é a lição de Pearl Harbour aproveitada. É a grande nação democrática permanentemente alerta contra o perigo de nova guerra. Talvez preferissem vê-la inerte e vulnerável às ameaças de seus novos inimigos. Esquecem-se de que o advento da arma nuclear impõe preparação antecipada e reduziu infinitamente os prazos disponíveis para as decisões, sob pena de destruição total.

Os ainda comedidos e temerosos de que a vitória sòbre o comunismo tenda para o fascismo fazem análises históricas sòbre os pró-dromos do fascismo italiano e do nazismo alemão, como que advertindo os nossos chefes militares. Esquecem-se de que, no tempo do nazi-fascismo, quando era moda internacional e estávamos em plena ditadura, êsse totalitarismo igualmente nefasto mereceu o repúdio da maioria esmagadora das Fôrças Armadas brasileiras, de que é prova eloquente a famosa vaia sofrida pelo adido militar de Hitler na Escola Militar do Realengo, na oportunidade em que o nosso Governo ainda mantinha inexplicável namôro com Berlim.

Os mais sem-cerimônias de tudo se valem para a desejada cisão, e, forçoso é reconhecer, conseguem algum êxito em meio aos espíritos mais desprevenidos ou desatentos.

Jornalistas que assistiram em silêncio à anarquia janguista e não tiveram uma só palavra de condenação ao arbítrio do poder sindical — espúrio e ilegal — indignam-se hoje contra o restabelecimento da autoridade e contra providências enérgicas indispensáveis para o restabelecimento da lei e da ordem — dever constitucional das Fôrças Armadas.

Articulistas há que fazem dos militares o retrato de sêres estranhos, totalmente desprovidos de inteligência, de bom senso e de patriotismo, como se não fôssemos todos feitos do mesmo barro e homens do mesmo povo. O povo brasileiro, de que não se pode dissociar esta ou aquela classe, pois só na concepção comunista admite-se tamanha discriminação. "Não o povo dividido em classes, em regiões, em raças, em crenças, em grupos, em partidos, insuflado de ódios e

preconceitos, mas o povo uno e indivisível — uma só alma, uma só vontade — integrado na comunhão da lei, da língua e da liberdade”.

O que os civis precisam compreender é que, num período excepcional, como o que estamos vivendo, os militares, com a responsabilidade da segurança da Revolução — que não pode de forma alguma fracassar —, têm de tomar a frente em muitas iniciativas e atividades. Nada, nem de leve parecido, com o tenentismo de Getúlio Vargas após a vitória de outubro de 1930.

É preciso, por outro lado, que os militares não exagerem os seus méritos na vitória da revolução — que foi a vitória da vontade coletiva — e continuem cumprindo anônimamente o seu dever. Que não se arroguem em árbitros infalíveis de tôdas as questões, que contribuam com tôdas as suas energias para o mais rápido fortalecimento do poder civil. E que pensem, com Temístocles Cavalcanti, que “a nação não constitui despojos na mão do vencedor, mas um patrimônio comum, de que todos devem participar”.

Não é outro o pensamento e não é outra a preocupação do Presidente Castelo Branco, quando procura governar acima dos partidos políticos. Ser o Presidente de toda a comunidade, e não o chefe de uma facção desavinda com outras. Um homem totalmente empenhado em salvar a nação. Em promover o bem comum. Preservar o poder civil e limitar, ao mínimo indispensável, a participação de militares em funções públicas, e, assim mesmo, utilizando-se quase exclusivamente de oficiais que já deixaram o serviço ativo.

A outra ameaça, o divisionismo do poder militar, embora mais remoto e mais difícil, está permanentemente na mira dos interessados no fracasso da revolução.

Confiamos no patriotismo e na clarividência da imensa maioria de civis e militares, que saberão neutralizar êsses perigos. E temos esperança, sobretudo, em que, vencida a etapa reparadora, a revolução enfundará as velas no rumo das reformas sociais. Das reformas democráticas.

Na hipótese absurda de que se frustrassem a nossa confiança e a nossa esperança, dificilmente poderia ser detida, outra vez, a marcha para o comunismo. E os inimigos da democracia sabem disso melhor do que nós.

